

HABEAS CORPUS Nº 443.562 - RS (2018/0074498-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RAFAEL GUERREIRO NORONHA E OUTRO
ADVOGADOS : RAFAEL GUERREIRO NORONHA - RS091165
PABLO RICARDO ABOAL CUNA - RS091173
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CARLOS TAINA DOS SANTOS RAMOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **CARLOS TAINA DOS SANTOS RAMOS** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente, efetivada em 21/2/2018.

Posteriormente, o paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos descritos no art. 121, § 2º, I, III e IV, c/c o art. 14, II, assim como no art. 344, caput, ambos do Código Penal.

Em seguida, o Juízo singular recebeu a denúncia, ordenou a citação dos réus e determinou o arquivamento de inquérito referente à prática dos crimes de tráfico ilícito de drogas e de associação para o tráfico.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, os impetrantes sustentam, em síntese, que não há fundamentação idônea para manter a prisão preventiva imposta ao paciente. Nesse contexto, asseveram inexistir motivação concreta para tanto, na medida em que não estariam presentes, no caso, os pressupostos legais previstos no art. 312 do CPP.

Alegam que não há prova acerca da materialidade do delito imputado ao paciente e, nesse sentido, informa que "Não foram constatadas as supostas agressões sofridas pela, em tese, vítima, somando-se ao fato de que nada fora comprovado sobre a descabida traficância de drogas" (e-STJ, fl. 4). Aduzem, também, que o paciente, além de ser primário, tem 18 anos, família constituída, endereço fixo e trabalho lícito (é marceneiro).

Além disso, relatam que não houve audiência de custódia, em flagrante violação à determinação contida na ADPF 347/DF. Ademais, contam que o uso de algemas foi arbitrário, de modo a ofender o conteúdo da Súmula vinculante n. 11, do STF.

Requerem, em sede liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente. Subsidiariamente, pleiteiam a substituição da prisão por "qualquer medida cautelar diversa" prevista no art. 319 do CPP e, nessa conjuntura, "sugere a impossibilidade de aproximação" da suposta vítima (e-STJ, fl. 8).

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 282-283).

Informações apresentadas (e-STJ, fls. 288-290).

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento da ordem ou, se conhecida, pela sua denegação (e-STJ, fls. 400-403).

É o relatório.

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu esta impetração, pois, conforme informações colhidas na página eletrônica do Tribunal de origem nos autos da Ação Penal nº 2.18.0000234-9, verifica-se que, em 2/5/2018, o paciente teve a sua prisão preventiva revogada, com a expedição do respectivo alvará de soltura.

Desse modo, encontra-se superada a alegação de constrangimento ilegal da custódia cautelar da paciente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator